

# **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UEMS**

**Silvia da Silva Félix<sup>1</sup>; Celi Correa Neres<sup>2</sup>**

**Área Temática: Educação Especial**

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados preliminares do Projeto de Iniciação Científica. Para tanto foram utilizados os seguintes procedimentos de pesquisa: o levantamento e análise de fontes documentais, com vistas a identificar, nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UEMS, disciplinas ou conteúdos referentes à educação dos alunos com deficiência. Os dados preliminares da pesquisa aponta que a UEMS tem avançado, nos últimos anos na oferta de disciplinas e conteúdos nos cursos de Licenciatura relativos a educação especial a educação dos alunos com deficiência.

**Palavras-chave: Inclusão- Formação profissional- pessoas com deficiência**

## **Introdução**

Na medida em que o movimento de inclusão escolar da pessoa com deficiência ganha força, as escolas são convocadas a reorganizarem seus projetos pedagógicos para desenvolver práticas pedagógicas que considerem as diferenças.

No âmbito das políticas públicas, o documento das Diretrizes para a Educação Especial na Educação básica Brasil (2001), indica que “na organização das classes comuns, faz-se necessário professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.”

Em relação à formação inicial, no documento “A Educação Especial nas Universidades Brasileiras” observa-se que em 1998, somente 11% das universidades ofereciam disciplinas sobre educação especial nos seus cursos de licenciatura. Destas, apenas 37% eram obrigatórias, enquanto que 62% eram eletivas, Brasil (2002).

---

<sup>1</sup> bolsista CNPq/UEMS- Unidade Universitária de Campo Grande- [mvsmfelix@hotmail.com](mailto:mvsmfelix@hotmail.com)

<sup>2</sup> Orientador UEMS- Unidade Universitária de Campo Grande- [Celi@uems.br](mailto:Celi@uems.br)

Ainda no referido documento, é possível observar a situação da formação do especialista em educação especial. Dos cursos de graduação nas universidades brasileiras, apenas 39,7% ofereciam formação em educação especial.

Os dados acima revelam uma pequena oferta de cursos e de disciplinas obrigatórias nos cursos de licenciatura, apontando assim, fragilidade também na formação inicial.

Diante do exposto, essa pesquisa pretendeu realizar um levantamento, nos projetos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), de disciplinas e ou conteúdos relativos à educação de pessoas com deficiência com vistas a analisar a participação da universidade na formação de professores para a educação desses alunos, tendo em vista o desenvolvimento da inclusão escolar.

### **Materiais e Métodos**

A pesquisa está embasada nos referenciais de pesquisa qualitativa e foram utilizados os seguintes procedimentos de pesquisa: o levantamento e análise de fontes documentais, com vistas a identificar, nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UEMS, disciplinas ou conteúdos referentes à educação dos alunos com deficiência.

### **Resultados e discussão**

Embora o debate acerca da formação e da prática pedagógica para a educação especial, tenha sido uma preocupação presente na agenda das discussões dos educadores, ainda não superamos a problemática no que diz respeito a assegurar mecanismos que definam o contorno dos programas de formação de professores e que sejam capazes de ensinar a este profissional habilidades e competências que lhe permitam desenvolver um trabalho pedagógico capaz de permitir a educação das crianças com necessidades educacionais especiais.

Ribeiro (2003, p.49) aponta que redirecionar o trabalho pedagógico para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais implica, entre outros aspectos, que o “processo de avaliação e a organização do trabalho escolar em tempos e espaços diversificados contemplemos diferentes ritmos e habilidades dos alunos, favorecendo seu desenvolvimento e sua aprendizagem.”

Nesta direção, de pensar em uma educação para todos e portando democrática, nos remete, a primeira vista, à bandeira levantada nas discussões da educação especial na capacidade da escola e dos professores de trabalho com as diferenças. Contudo, não podemos perder de vista que a verdadeira democratização do ensino é possibilitar aos alunos com necessidades educacionais especiais o acesso ao conhecimento sistematicamente acumulado pelos homens no decorrer da história da humanidade. Para isso, é necessário a materialização não de uma proposta de educação igual para todos, mas de uma ação pedagógica capaz de atender as diferenças. Sanfelice (1989, p.33), pontua que uma “escola igual para todos, em uma sociedade cuja a clientela escolar é social e culturalmente distinta ou físico e mentalmente diferenciada- nos caso dos deficientes mentais-, será teoricamente democrática e na prática discriminadora.”

Eis o grande desafio dos programas de formação para professores: como gerenciar ações que dêem conta de atender as diferenças?. O desafio aqui imposto nos remete à necessidade de repensar os cursos de formação, inclusive os de licenciatura, cujos profissionais egressos se deparam com crianças e jovens na escola e não conseguem desenvolver uma ação pedagógica diferenciada. Essa tensão deve ser tratada ainda no interior da formação inicial, começando pelos próprios formadores, que na sua grande maioria, ainda não mergulharam nesta questão. È possível observar que no momento em que os alunos e professores dos cursos de licenciatura têm a experiência com alguma acadêmicos com deficiência, a insegurança é vivenciada frente à condução do trabalho e da ação pedagógica.

Uma proposta importante seria de possibilitar ao futuro professor o desenvolvimento da capacidade de sistematizar uma ação pedagógica, de início diferenciada, mas que ao longo do processo educativo seja capaz de levar o aluno com necessidades educacionais especiais, a possibilidade do acesso ao conhecimento, como nos mostra Sanfelice:

Trata-se do reconhecimento das características reais de que cada clientela escolar é portadora para, a partir daí, iniciar o processo educativo. Diferentes procedimentos, portanto, no início da ação pedagógica, mas que tanto quanto possível estariam destinados a levar, ao longo do processo pedagógico, a resultados de aprendizagem semelhantes e próximos entre si. (SANFELICE, 1989, p.31)

Face ao exposto, não podemos nos esquecer das dificuldades materiais que a instituição escolar atravessa nos dias de hoje. Sabemos que a escola se universalizou, o número de matrícula tem aumentado nos últimos anos, inclusive de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, basta ver as estatísticas oficiais. No entanto, o

grande desafio exposto, que antes era o de atender a todos, hoje é o de atender a diversidade do alunado.

As respostas na tentativa de superação deste desafio, sabemos, vai além do investimento em programas de formação de professores. Entretanto, temos que considerar, que para instalação de uma relação pedagógica que atenda a diversidade, pressupõe um educador que esteja disponível a partir das condições reais de seus alunos, como apontamos anteriormente e para isso é preciso pensar em políticas de formação inicial e continuada de professores que sejam capazes de oferecer ferramentas para esse trabalho.

No âmbito das políticas públicas, o documento das Diretrizes para a Educação Especial na Educação básica, indica que na “organização das classes comuns, faz-se necessário professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.” (BRASIL, 2001, p.31)

Ainda no texto do referido documento, são considerados capacitados os professores que possuem formação em nível médio ou superior e que tiveram acesso a conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e especializados aqueles que comprovarem:

- a) formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para a educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; e
- b) complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (BRASIL, 2001, p.31)

O documento recomenda que para efetivação dessa formação, aos professores que estejam em exercício da docência, sejam oferecidas condições, por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, para formação continuada, incluindo aí cursos de especialização.

Face ao exposto, temos que considerar a efetivação desses mecanismos de formação. Como o Estado, enquanto agente de materialização dessas diretrizes vêm gerenciando esses programas? Estamos falando aqui da formação do especialista e das ações de formação continuada. Os professores da rede pública têm tido acesso aos programas de formação continuada, ou de pós-graduação, que os habilitem a atuarem na

educação inclusiva? Prieto (2003) aponta que a maioria desses cursos é oferecida em instituições privadas e que o professor encontra dificuldades em custear sua formação.

Guimarães (1999) pontua que a grande maioria dos cursos de formação continuada tem uma carga horária reduzida e são oferecidos esporadicamente pelas redes oficiais de ensino. Assim sendo, é questionável se esse tipo de iniciativa contribui de maneira eficaz para a promoção da mudança na atuação do professor.

### **Considerações Finais**

A complexidade da problemática apontada até aqui nos revela que de fato garantir a democratização do conhecimento não é tarefa fácil. Este não é um desafio só do professor, mas é também dos agentes formadores, dos gestores educacionais e de políticas públicas, dos pesquisadores no sentido de avaliar e criar propostas educacionais para crianças e jovens com necessidades especiais, seja no que se refere à formação de professores ou a outras ações educativas.

Os dados preliminares da pesquisa aponta que a UEMS tem avançado, nos últimos anos na oferta de disciplinas e conteúdos nos cursos de Licenciatura relativos a educação especial a educação dos alunos com deficiência.

Agradecimentos: CNPQ- À PRPOP/UEMS

### **Referências:**

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC; SEESP, 2001.p 31.

GUIMARÃES, Mariuza, A. C. **As ações governamentais para a integração na rede estadual de ensino do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande- MS: UFMS, 1999. (Monografia de Especialização).

PRIETO, Rosângela, G. Formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais: Diretrizes Nacionais para a Educação Básica e a Educação Especial. In: SILVA, Shirley e VIZIM, Marli. (Orgs). **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência**. SP, Campinas: Mercado das Letras

RIBEIRO, Maria Luisa, S. Perspectivas de escola inclusiva: algumas reflexões. In: RIBEIRO, Maria Luisa, S. ; BAUMEL, R C. (Orgs). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003. p.49

SANFELICE, José L. Escola pública para todos inclusive para deficientes mentais. In: **CADERNOS CEDES**. Educação Especial. São Paulo: Cortez, n. 23,1989.p.33. Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.p.8.